

Crianças Afastadas do Convívio Familiar: os sentidos do acolhimento institucional

Children Withdrawn from Family Life: the senses of the institutional shelter

João Paulo de Sousa* / Conceição Aparecida Serralha

Universidade Federal do Triângulo Mineiro

Resumo: Estudo qualitativo, descritivo e de corte transversal, cujo objetivo foi compreender o sentido que a criança acolhida em instituição atribui à sua situação de acolhimento. Participaram cinco crianças acolhidas em uma Casa Lar, com idades entre três e 11 anos. Os dados foram coletados por meio de entrevista lúdica, entrevista semiestruturada e observação participante, analisados pela Análise de Conteúdo Temática e da Enunciação, sendo os resultados discutidos na perspectiva winnicottiana. Os participantes sentiam-se bem na instituição, mostraram desconhecer os motivos para o acolhimento e lhe davam o sentido de distanciamento de seus cuidadores primários, de determinação de seus futuros, de suas relações, do tempo de acolhimento, em nome de uma proteção necessária, mas nem sempre efetiva e afetiva. Conclui-se que há necessidade de uma comunicação mais eficaz entre instituição e acolhido, em que sejam considerados os graus de desenvolvimento de cada criança, que lhes favoreça a compreensão e a elaboração dos sentidos.

Palavras-chave: criança; acolhimento institucional; Winnicott; família.

Abstract: Qualitative, descriptive, and cross-sectional study, whose objective was to understand the meaning that the child in institutional shelter attributes to his/her refuge situation. Five children aged between three and eleven years old, who are sheltered in a foster home, participated in the study. The data were collected through playful interview, semi-structured interview and participant observation, analyzed by the Thematic Content and Enunciation Analysis. The results were discussed from the Winnicottian perspective. The participants felt well at the institution and showed that they did not know the reasons for welcoming them. They gave it a sense of distance from their primary caregivers, of determining their futures, of their relationships, of the time of reception, in the name of necessary protection, but not always effective and affective. It is concluded that there is a need for more effective communication between the institution and the host, in which the degrees of development of each child are considered, which favors their understanding and the elaboration of the meanings.

Keywords: child; institutional shelter; Winnicott; family.

Introdução

O acolhimento de crianças em instituições tem sido considerado positivo em vários países, no sentido de protegê-las de negligências no cuidado que deveriam

* Correspondência para: Alameda dos Ingás, 30 - Dona Diva, Patrocínio - MG, 38748-516. E-mail: terapeuta.joaopaulo@gmail.com

receber para o seu bem-estar e seu bom desenvolvimento. Outrossim, este serviço assegura os direitos que lhes são garantidos em Lei, por fazer cumprir o que prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente, doravante ECA (Brasil, 1990). Essa medida de proteção pode ser acionada em razão da morte dos pais, assim como na falta de condições destes para o cuidado adequado (Knuiman et al., 2015; Moyo, Susa, & Gudyanga, 2015; Bick et al., 2017; Mulheir, & Gyllensten, 2017).

O acolhimento institucional, assim, pode ser compreendido como uma política pública de cuidado e garantia de direitos, que tem sido recorrentemente aplicada no Brasil, na tentativa de atenuar os efeitos dos mais variados tipos de violências, negligências e vulnerabilidades que acometem milhares de crianças e adolescentes. De acordo com Rodrigues, Santos e Lima (2021), São Paulo, Minas Gerais e Paraná são os estados com maior concentração de entidades de acolhimento. Entre 2013 e 2018, o número de serviços de acolhimento de características diversas teve um acréscimo de 197,46%, principalmente em contextos de maior industrialização. Conforme consta no manual de Orientações Técnicas, uma Casa Lar é definida como um serviço de acolhimento provisório, oferecido em residências, nas quais pelo menos uma pessoa ou casal trabalha como educador/cuidador residente – em uma casa que não é a sua – prestando cuidados a um grupo de crianças e adolescentes. O número de usuários acolhidos nessa modalidade, deve ser de no máximo 10 indivíduos por equipamento (Brasil, 2009a).

Contudo, esses mesmos autores citaram pesquisas realizadas em unidades de acolhimento, que demonstraram contradição dos sentidos atribuídos à situação de acolhimento pelas crianças e adolescentes, que vão desde o desamparo, sofrimento e estigmas, até o atendimento de necessidades de alimentação, conforto e moradia. Em muitos casos, ao mesmo tempo em que se sentem aliviados por encontrarem cama e alimentos, sentem-se “sequestrados da família, distanciados do afeto” (Rodrigues et al., 2021, p. 3).

O cuidado ofertado pela instituição deve ser amplo o suficiente para abranger diversas necessidades inerentes a cada fase de desenvolvimento da criança acolhida, considerando evidentemente as circunstâncias que desencadearam o acolhimento (Guedes & Scarcelli, 2014). Entretanto, o ambiente pretendido pelas políticas de acolhimento pode não coincidir com o praticado pela instituição e não corresponder às necessidades da criança. A classificação de um ambiente institucional como bom ou ruim para o desenvolvimento daqueles nele acolhidos deve passar por critérios que vão além de características estruturais, sobretudo psicologicamente.

Anteriormente regulado apenas pelo ECA (Brasil, 1990), o acolhimento institucional passou por um aperfeiçoamento de sua sistemática. A Lei nº 12.010, também conhecida como a Nova Lei da Adoção (Brasil, 2009b), além de tratar de aprimoramentos na condução do procedimento de adoção, tratou também de atualizações no processo de acolhimento, visto que são assuntos praticamente indissociáveis. Entre as mudanças mais representativas estão: a determinação de um tempo máximo de permanência na instituição (dois anos); a criação de um plano individual de atendimento e a alteração da nomenclatura, de abrigo para acolhimento institucional.

Mais recentemente, em novembro de 2017, a Presidência da República sancionou a Lei 13.509, que alterou outros aspectos relacionados ao âmbito da adoção e do acolhimento institucional de crianças e adolescentes, além de promover alterações na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), no Código Civil e no ECA. Uma das mudanças significativas para o serviço de acolhimento foi a alteração no prazo máximo de permanência da criança ou adolescente na instituição, que foi reduzido para no máximo 18 meses (Brasil, 2017). Entretanto, ser contemplado por um conjunto de normas legais não exime a criança de sofrimentos de ordem subjetiva, especialmente no tocante às relações familiares. Além disso, segundo Patias, Siqueira e Dell'Aglio (2017),

é bastante comum encontrar jovens acolhidos há mais de 10 anos, o que passa a caracterizar um processo de institucionalização.

A literatura e os instrumentos legais reiteram a magnitude da instituição família e consideram-na, em absoluto, imprescindível para que uma criança se desenvolva bem (Brasil, 1990; Brito et al., 2014; Patias et al., 2017; Mulheir & Gyllensten, 2017). Entre os direitos fundamentais dos adolescentes e crianças brasileiras está o direito à convivência familiar (Brasil, 1990). Todavia, como menciona Hueb (2016), “algumas famílias, por questões diversas, não conseguem ser provedoras de fatores de proteção e passam a ser geradoras de risco à vida de seus integrantes” (p. 29).

Por outro lado, Parra, Oliveira e Maturana (2019) também destacam os fatores de risco que podem ser observados no acolhimento institucional: atendimento padronizado, número reduzido de cuidadores, falta de preparo destes e baixa remuneração, alta rotatividade, falta de atividades e estimulação planejadas, fragilidade das redes de apoio social e afetivo, colaborando para os prejuízos aos acolhidos. Ainda, por suas características de espaço de transição, as unidades de acolhimento dificultam a formação de novos vínculos afetivos (Rodrigues et al., 2020). Desse modo, Parra et al. (2019) identificam uma relação paradoxal na instituição de acolhimento entre proteção e risco, facilitando ou dificultando o desenvolvimento das crianças e adolescentes. Se o contexto institucional não tiver boa qualidade, quanto menor a idade da criança acolhida, maior é a chance de agravo dos prejuízos que possivelmente advirão.

Para Winnicott (1965/2011), a capacidade de se desenvolver, orgânica e psicologicamente, é uma tendência inata, presente em todos os indivíduos. O amadurecimento emocional se dá por meio do processo de constituição do si mesmo, que vai ocorrer de forma saudável somente em condições ambientais suficientemente boas. Existindo essas condições, “o indivíduo adquire uma estabilidade que jamais poderia obter de outro modo” (p. 40). O contrário disso, a ausência de um ambiente bom o bastante, incide de forma determinante na constituição subjetiva da criança. Estados

de humor deprimido ou ansioso da mãe, pai ou substituto, por exemplo, tornam o ambiente inóspito e comprometem a linha de continuidade de ser do bebê.

A teoria do amadurecimento winnicottiana contempla a ideia de que o ambiente que facilita o desenvolvimento do indivíduo é, a princípio, constituído pela mãe com o apoio do pai. Entretanto, de acordo com Serralha (2017), caso “as condições presentes na relação entre os pais biológicos, ou no próprio si mesmo dos pais biológicos, não permitirem a formação de um ambiente facilitador, tanto à época do seu nascimento como em momentos posteriores, outras pessoas terão que fazê-lo [...]” (p. 165). Desse modo, é possível reconhecer que uma instituição pode exercer a função de ambiente facilitador, que não pode faltar à criança durante o período de acolhimento, desde que tenha as condições necessárias ao exercício dessa função.

No acolhimento da criança, vários eventos produtores de ansiedade ocorrem no estabelecimento das novas relações. A instituição deverá esforçar-se para se adaptar às necessidades de cada criança, de modo que o cuidado ofertado seja personalizado. O estudo de Hueb (2016) aborda a importância da aplicação do Plano Individual de Atendimento (PIA), instrumento previsto pela Nova Lei da Adoção (Brasil, 2009b), que visa construir uma estratégia de atendimento correspondente a todas as necessidades individuais daquela criança.

Uma postura institucional que busque singularizar o atendimento ofertado à criança, coincide com o ensinamento de Winnicott (1987/2005) de compensar a carência da criança que perdeu o convívio familiar. O autor enfatiza a importância de se conhecer, sempre que possível, o histórico da criança acolhida e o que tem lhe acontecido desde o desmonte de seu ambiente original. Assim, questiona-se: a criança, a maior interessada nesse processo, tem participado de forma ativa na construção do conhecimento nesse campo? A criança tem sido ouvida e os fatores subjetivos relacionados ao processo de acolhimento têm sido externados e considerados em estudos científicos?

Cintra e Souza (2010) e Lima (2018) discutem a importância de se trazer as crianças acolhidas em instituições como participantes de pesquisas, para que suas histórias sejam contadas por elas mesmas. Lima (2018) propõe algumas metodologias de coleta de dados: “observação e/ou interação em suas brincadeiras e jogos, registrando suas falas e gestos; registros escritos, desenhos, vídeos, diversos instrumentos que, utilizados junto às crianças, acabam por revelar suas próprias concepções sobre o contexto social em que estão inseridas” (p. 279).

Cada instituição pode apresentar características bastante particulares, sobretudo considerando aspectos culturais e sociais. Cintra e Souza (2010) observaram a importância de estudos que objetivem conhecer a realidade da infância acolhida em instituição em contextos regionais. Levando em conta esses apontamentos e orientações, o objetivo do presente estudo foi compreender o sentido que a criança acolhida em instituição atribui à sua situação de acolhimento. Conhecer esse sentido passa pela compreensão do que se entende, conceitualmente, por sentido. Goldgrub (2011) se refere a este como algo que está para além de um dado mnêmico objetivo. Para que as informações concretas sejam aprendidas e ganhem significado consciente é necessário que elas possam se ancorar em um sentido, construído a priori. Ou seja, a construção do sentido é um processo subjetivo e se relaciona com as experiências vivenciadas por aquele sujeito que o constrói. Portanto, o sentido atribuído pela criança ao acolhimento, não está necessariamente associado à compreensão desse processo, mas à maneira como ele é interpretado por ela e relacionado, mesmo que inconscientemente, a registros anteriores. Dessa forma, o objetivo dessa pesquisa foi compreender o sentido que a criança acolhida em instituição atribui à sua situação de acolhimento.

Método

Tipo de estudo

Trata-se de um estudo empírico, descritivo, de corte transversal e caráter qualitativo. O método empregado, segundo Turato (2005), permite que o pesquisador, no setting investigado, identifique sentidos ou interprete fenômenos na forma como são significados pelos sujeitos que os vivenciam. O caráter empírico busca retratar com fidedignidade a atmosfera vivenciada no contexto pesquisado.

Participantes

Participaram do estudo cinco crianças submetidas à proteção social especial de alta complexidade, por terem sido vítimas de negligência por parte dos cuidadores primários. As crianças encontravam-se acolhidas em uma Casa Lar localizada no interior do Estado de Minas Gerais, até que houvesse condições adequadas para o retorno à família de origem, ou direcionamento para a família extensa ou substituta (Brasil, 1990; Brasil, 2009b). O número de participantes foi determinado por critério de exaustão, ou seja, “[...] todos os que faziam parte do universo definido pelo pesquisador” (Fontanella, Bicas, & Turato, 2008, p. 22), no período destinado à coleta de dados no cronograma da pesquisa. Aos participantes foram atribuídos códigos, com o intuito de preservar suas identidades. A Tabela 1 apresenta o perfil de cada um deles.

Tabela 1

Caracterização dos participantes do estudo (N=5).

Código	Sexo	Idade	Tempo de acolhimento	Motivo do acolhimento
C1	feminino	11 anos	2 meses	negligência
C2	masculino	3 anos	2 meses	negligência
C3	masculino	7 anos	2 meses	negligência
C4	masculino	5 anos	2 meses	negligência
C5	masculino	5 anos	5 meses	negligência

Instrumentos e procedimentos

A instituição participante – Casa Lar – foi a única na cidade a autorizar a pesquisa. Após a apreciação do projeto e a autorização concedida para sua execução, o passo seguinte foi obter a anuência da Vara da Infância e Juventude da Comarca local. Anexadas as referidas autorizações, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Triângulo Mineiro e, após tramitação, o parecer obteve o número 2.590.228.

Para a coleta de dados, considerou-se a imprescindibilidade de zelar pela segurança das crianças, como preconiza Vasques et al. (2014). Após colhidas as assinaturas nos Termos de Assentimento Livre e Esclarecido, foram realizadas oito visitas à instituição. As quatro primeiras foram destinadas à Observação Participante. Cada sessão de observação durou cerca de 90 minutos, em dias da semana e horários diferentes, com o objetivo de conhecer a instituição de forma ampla.

Ao ser concluída a fase de observação, foi realizada uma sessão de Entrevista Lúdica (Werlang, 2009) com cada criança acolhida. Diversos brinquedos e materiais escolares foram disponibilizados para que se pudesse brincar livremente, objetivando a expressão espontânea e projeção de sentimentos durante a brincadeira.

Após as entrevistas lúdicas, foram realizadas Entrevistas Semiestruturadas (Rosa et al., 2010). A partir das respostas às questões norteadoras, foi possível conhecer aspectos da dinâmica, das relações e dos modos de cuidados, tanto da instituição quanto dos familiares. A entrevista semiestruturada foi complementar às demais técnicas de coleta dos dados, agregando sentidos aos fenômenos observados. As entrevistas foram registradas em áudio e transcritas imediatamente após o término do procedimento e, posteriormente, os arquivos de áudio foram destruídos.

Análise de dados

Os dados foram trabalhados com base na Análise de Conteúdo (Bardin, 1977/2016), nas suas vertentes Temática e da Enunciação. A análise temática consiste em encontrar o que há de comum nos dados, bem como o que se destaca, construindo categorias. A análise da enunciação, por sua vez, busca entender os fatores que subjazem ao discurso. A discussão dos resultados foi fundamentada na teoria do amadurecimento de Winnicott (2005/1987).

Resultados e discussão

Dos participantes do estudo, com exceção de C5 que vivenciava o seu segundo acolhimento, as quatro outras crianças compunham um grupo de irmãos – C1, C2, C3 e C4. Essa família era composta também por uma bebê de 18 meses à época da coleta de dados, que por isso não foi selecionada para o estudo. Os cinco participantes do estudo se encontravam em situação de acolhimento, por terem sofrido negligência por parte de seus cuidadores primários. As razões para essa negligência pareceram estar associadas ao consumo nocivo de substâncias psicoativas e outras práticas ilícitas. As pesquisas recentes têm apontado a negligência como principal motivo para o acolhimento de crianças (Trivellato, Carvalho, & Vectore, 2013; Altoé & Silva, 2013; Cavalcante et al., 2014; Cruz, Cavalcanti, & da Silva Pedroso, 2014; Knuiman et al., 2015; Maciel et al., 2017).

A organização dos dados coletados favoreceu que emergissem quatro eixos temáticos: (1) O ambiente instituição; (2) O porquê do acolhimento e a chegada na instituição; (3) Expectativas para a permanência na instituição e (4) Perspectivas para o desacolhimento e reinserção familiar.

O ambiente instituição

A Casa Lar era coordenada por uma pessoa do sexo feminino, que residia na instituição e se dedicava exclusivamente ao cuidado das crianças acolhidas. Ao revisar as Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento (Brasil, 2009a), observa-se que a forma como a coordenadora desempenha sua função destoa do que está proposto para o serviço. Segundo o documento, a equipe profissional mínima deve ser composta por “coordenador, equipe técnica, educador/cuidador residente e auxiliar de educador/cuidado” (p. 75). Ou seja, a coordenadora acumulava em seu papel de gestora, as atividades de responsabilidade do educador/cuidador residente, conduta que pode comprometer a excelência do serviço.

Na Casa Lar que foi cenário de pesquisa, a organização e limpeza da casa eram realizadas pela própria coordenadora e eventualmente por voluntários. Entretanto, notou-se no relato de uma criança, que participar da conservação da casa fazia parte das tarefas realizadas pelos acolhidos. C1, antes do acolhimento, vivia em um contexto em que ela desempenhava o papel de cuidadora dos irmãos mais novos e era responsável pelas tarefas domésticas. Questionada se na instituição ela continuava a realizar esse tipo de tarefa, respondeu: *“Ah... tem hora que eu limpo o balcão, o fogão... mas é de vez em quando (C1). [...] a Tia [coordenadora] fala que é regra da casa (C1). Cada um arrumar a sua própria bagunça? (Pesquisador). É! (C1)”*.

Essa regra da casa, como colocado por C1, parecia ter uma intenção meramente educativa, uma vez que em outro momento da entrevista, ao ser motivada a falar sobre as diferenças entre sua casa e a instituição, disse: *“Mas aqui eu brinco, aqui eu não arrumo casa, não olho menino, aqui eu não fico sozinha, só!”*. Entende-se, portanto, que o cuidado ofertado no ambiente institucional parecia oferecer condições mais adequadas ao desenvolvimento da criança.

Em termos de relacionamentos interpessoais, o ambiente mostrou-se afetuoso na maior parte das observações. Foram observadas manifestações de carinho e episódios

em que as regras foram pontuadas com certa austeridade, mas foram respondidas com respeito pela criança acolhida. As relações entre as crianças e os adultos pareceram em geral livres de conflitos. Já no relacionamento entre as crianças, foram notados alguns atritos, como comumente ocorrem em contextos familiares. Um exemplo destes foi manifestado por C4, que, durante a entrevista lúdica, disse que C5 o “fez raiva”. O conflito teria sido motivado por uma disputa pela escolha do canal de TV.

C1 revelou dificuldades em ter de conviver com pessoas desconhecidas: “Estranho, né? Não conheço... tem que dormir no mesmo quarto”. Esse incômodo também foi notado na pesquisa de Figueiredo e Aragão (2013), na qual as participantes, adolescentes do sexo feminino, contavam as suas vivências de quando eram crianças acolhidas. Na presente pesquisa, as crianças menores não mencionaram esse desconforto, ao contrário, demonstraram maior adaptação e afirmaram gostar da Casa Lar. C5, de cinco anos, relatou achar “divertido”, enquanto C2, de três anos, disse que morar na instituição “É mais bom!”. Em outro momento, disse: “minha casa é ali [aqui]”. No caso de C2, esse sentimento de identificação talvez estivesse associado à presença constante de C1, que, por arcar com o cuidado dos irmãos desde antes da institucionalização, tornava o ambiente mais familiar. Por outro lado, C3, de sete anos, questionado se gostava do ambiente da instituição, respondeu com pouco entusiasmo: “Um pouquinho”. C3 apresentou resistência para responder aos questionamentos associados à condição de acolhimento e esquivou-se ao máximo, evidenciando insegurança e inadaptação à situação de entrevista.

C1 relatou sentir-se mais bem cuidada na instituição do que na própria casa. Porém, todos os participantes, inclusive ela, expressaram o desejo de retornar às suas casas, mesmo que tenham mencionado sentimentos de bem-estar em relação ao ambiente institucional. C5, por exemplo, disse não achar ruim ter que ficar na instituição, mas complementou: “[...] só que eu acho bom morar com minha mãe”. Assim como em outros estudos desenvolvidos em instituições, percebeu-se que as crianças acolhidas

manifestaram sentimentos ambivalentes relacionados à condição de acolhimento vivenciada (Figueiredo & Aragão, 2013; Maciel et al., 2017; Trivellato et al. 2013).

O porquê do acolhimento e a chegada na instituição

A chegada de uma criança a uma instituição é marcada por uma atmosfera de muita tensão, pois ela é levada por desconhecidos para um lugar estranho, contra a sua vontade e a de seus cuidadores principais. Descrever para a criança o porquê daquela condução, especialmente quando ainda é muito pequena, é uma tarefa de enorme complexidade. C3, ao ser questionada se sabia por que tinha sido levada para a Casa Lar, não encontrou palavras que pudessem descrever sua compreensão daquele momento e nem mesmo o que sentia. Ela olhou para o pesquisador com os braços encolhidos e as palmas das mãos voltadas para cima. Com um semblante de dúvida, voltou os olhos para o desenho que disse estar fazendo para a sua mãe e continuou a colorir. As Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento já preveem esse tipo de reação. Segundo o documento, “muitas crianças e adolescentes desconhecem ou não compreendem o motivo pelo qual foram afastadas do convívio familiar [...]” (Brasil, 2009a, p. 50). Em situações como essa, é fundamental que se oportunize a expressão dos sentimentos, por meio da escuta atenta e acolhedora da equipe de psicólogos e assistentes sociais, bem como por meio da oferta de espaços e momentos para o brincar, que facilitam a expressão.

C4, durante a entrevista lúdica, brincava com uma família de animais e construiu uma cena que fazia alusão às experiências conflituosas vivenciadas no ambiente que precedeu ao acolhimento. Durante a brincadeira, verbalizou muita bagunça, confusão, insegurança, medo, desentendimentos e necessidade de cuidados. C4 conseguiu falar de um desamparo diante das situações de conflito, que, para ela, seriam tão assustadoras quanto uma tempestade. O ambiente construído por ela ao final foi sentido importante para que os que ali conviviam se sentissem bem.

O brincar serve à finalidade de harmonizar possíveis dissociações produzidas pela incompatibilidade entre realidade interna e externa. Com a brincadeira, há a elaboração da angústia advinda do trauma, transportando-a para a atividade concreta (Freitas, 2016). Segundo Winnicott (1971/1975), exceto a comunicação direta, o brincar é a única forma possível com a qual a criança pode comunicar angústias, sintomas de adoecimento psíquico ou graus severos de imaturidade.

Durante a entrevista semiestruturada, foi perguntado a C5 o porquê de ela ter ido morar na instituição. Ela respondeu ter sido levada pelo “*conserto tutelar*” (*sic*). Ao ser indagada sobre o que seria o “*conserto tutelar*”, respondeu: “*Eles sabe onde é a casa dos menino [...] aí eles que leva a gente. É o juiz que [...], quando que nós sai, é o juiz que decide*”. Foi possível perceber, nesse relato, que a criança compreende a parte do processo de acolhimento relacionada à sua permanência na instituição como de responsabilidade do juiz, de forma semelhante ao que foi encontrado em outro estudo (Maciel et al., 2017). No tocante à utilização da palavra *conserto* em substituição a *conselho*, entende-se que uma criança de cinco anos não domine o campo semântico da palavra *conselho*, como também, reconhece-se uma sonoridade aproximada entre os dois vocábulos, mas parece que a ideia de consertar algo que estava errado fazia mais sentido para ela naquele contexto. De acordo com Goldgrub (2011), na construção de um enunciado “[...] cada palavra ‘puxa’ suas vizinhas” (p. 89). Mas, além disso, e não apenas coincidentemente, a palavra que se avizinhava de *conselho*, remetia ao reparo, à restauração de algo. Assim, mesmo não sendo capaz de apreender a razão pela qual fora levada para a instituição, C5 dava para o acolhimento vivenciado o sentido de possibilidade de reestruturação.

C1, mesmo sendo a criança mais velha entre as participantes, já vivenciando a puberdade, quando questionada sobre a razão para ter sido acolhida, respondeu: “*Eu não sei. O conselho tutelar chegou lá de repente, me trouxe, eu nem... eu nem sei*”. Em outro momento da entrevista, ela tentou explicar o porquê da necessidade de se acolher

crianças em instituições. Iniciou o seu relato em terceira pessoa, mas logo se reconheceu naquele contexto e passou a contar a sua história. Hesitante, disse entender que as instituições acolhem: *“Por que a mãe não cuida? (C1). [...] É... eu acho que é (C1). E sua mãe não cuidava de você? (Pesquisador). Cuidava [risos] mas talvez não era o jeito certo (C1)”*. Indagada como era o jeito certo, ela disse: *“Aí você me apertou... Por que minha mãe me fazia arrumar a casa né, 24 horas... e... fazia eu olhar a [irmã de 18 meses], saía e deixava nós só (C1)”*.

Já C3 disse compreender a função do acolhimento em instituição e, para explicá-la, elaborou a seguinte hipótese: *“Porque se eu não tivesse mãe nem pai, aí aonde que eu ia morar? Aí ia ter que [...] aí eles ia me pegar”*. Diante da impossibilidade de ser cuidada pela família de origem, a instituição deveria *“me levar pra uma família... ou eu fic... ou eu moro... fico mo-rando aqui... Igual essa massinha [de modelar]!”*. As narrativas de C3, especificamente sobre a condição de acolhida e separada do convívio parental, foram sempre construídas em meio a grande ansiedade. Não foram raras as tentativas de se esquivar dos questionamentos ou de os responder com absoluta objetividade, sem abertura para diálogos mais reflexivos. No entanto, na entrevista lúdica, explorou com avidez os materiais disponíveis, o que tornou possível a coleta de dados.

Expectativas para a permanência na instituição

A exigência de que o tempo que a criança deve permanecer acolhida em uma instituição seja o menor possível, visando ao melhor interesse da criança e à manutenção de seu desenvolvimento, encontra sustentação na teoria winnicottiana. Serralha (2016, p. 26) explica que essa abordagem entende que, desde o ventre materno, o indivíduo coloca *“em marcha as tendências inatas para o seu amadurecimento”* e estabelece-se uma urgência de *“que o ambiente sustente sua marcha e a facilite”*. Uma instituição pode ser capaz de exercer esse papel de forma provisória, mas não permanentemente, e deverá ter uma abertura para o ambiente externo, fazendo trocas

com outras instituições sociais (família, creches, escola, igreja, vizinhança, entre outras) (Parra et al., 2019). É necessário que a reinserção ou substituição do ambiente familiar possa ocorrer por meio de um ambiente capaz de atender suficientemente suas necessidades para o desenvolvimento.

O desejo de retornar ao seio familiar foi expresso pelas participantes de forma direta e, durante as brincadeiras realizadas nas entrevistas lúdicas, simbolicamente. C2, ao brincar com as famílias de animais, utilizou um cercadinho para encurralar alguns filhotes e, em determinado momento, simulou que um pequeno cavalo mordida a porteira. Instigado a explicar o comportamento do cavaleiro, C2 respondeu: *“Porque ele não gosta de porteira”*. Havia um tom mais agressivo nessa resposta. Em outro momento o cavalo derrubou a porteira e fugiu. Segundo C2, o cavalo fugiu *“lá pro vermelho”*, cor com a qual ele já havia identificado a casa de sua mãe. Outra participante, C3, ao brincar com massinha de modelar, manipulou um pequeno molde interpretando-o como uma chave: *“uma chave para abrir a portinha da minha casinha”*.

Foi possível observar, nas crianças, a compreensão do ambiente institucional como aquele que priva a liberdade e o desejo de reencontrar a mãe. O sentimento de estar aprisionado também foi mencionado em outros estudos, entretanto, de forma mais contundente, classificando a instituição como um lugar ruim e com episódios de fuga (Trivellato et al. 2013; Figueiredo & Aragão, 2013; Maciel et al., 2017). Em contraponto a esse sentimento, a ausência de controle ou o controle reduzido dos filhos por parte dos cuidadores principais, era interpretado pela criança como liberdade, a qual, com o acolhimento, foi suprimida.

Questionada sobre como se sentia tendo de permanecer na instituição, C3 hesitou e respondeu: *“Eu acho... bõo. Um pouquinho”*. Ainda, questionada sobre o tempo que ela precisaria permanecer vivendo na Casa Lar, respondeu um tanto irritada: *“Eu não sei. Eu sei um pouquinho essas coisas, mas não sei muito não. Eu não sei que dia que eu vim, eu não sei que hora que eu vou embora. Eu não sei por que eu tô aqui”* (sic). Ela expressou

clara e objetivamente um sentimento e um desconhecimento que não estavam apenas nela. Observou-se em todas as crianças, que não havia compreensão absoluta de nenhum desses pontos elencados por C3: a razão para o acolhimento, o tempo de acolhimento vivenciado, nem mesmo uma provável data para o desligamento.

No tocante aos sentimentos de ter que permanecer na instituição, C1 respondeu de forma categórica: *“Ah, é bom! Poderia tá em lugares piores”*. Os lugares piores, aos quais ela se referia, eram outras instituições acolhedoras do município. C1 obteve informações, por meio de um colega de classe que esteve acolhido em uma delas, e construiu uma ideia da outra instituição: *“[...] ele fala que lá é ruim. Que lá eles não faz um passeio, porque é muita gente”*. Tais afirmações lhe serviram para comparação: *“Aqui eu não posso mexer no telefone, eu não posso ir pra fora, só”*. Segundo Figueiredo e Aragão (2013), é natural que os acolhidos, principalmente crianças maiores e adolescentes, queixem-se de falta de liberdade e rotinas maçantes. A instituição pesquisada, além de oferecer passeios esporádicos, organizava o dia a dia de forma mais flexível e de acordo com as possibilidades.

Perspectivas para o desacolhimento e reinserção familiar

O desligamento da criança da instituição de acolhimento deve obedecer, do ponto de vista técnico, uma série de critérios. É necessária a avaliação por parte da equipe de profissionais do serviço e a discussão desta com a Vara da Infância e Juventude, Ministério Público, Conselho Tutelar e demais órgãos que porventura estejam envolvidos. Posteriormente, a equipe técnica deverá articular o apoio à criança a ser desligada e à família que a receberá, seja ela, a de origem, a extensa ou a acolhedora (Brasil, 2009a). Entretanto, muito antes que essas decisões burocráticas se materializem em uma mudança na vida da criança acolhida, a ideia de deixar a instituição já configura um potencial gerador de ansiedade. Há possibilidade de intensificação dos conflitos familiares de disputa de guarda e até de decisão sobre o

destino da criança. A expectativa mais frequente, nas narrativas das crianças, era o desejo de retornar ao convívio com a mãe.

As entrevistas aconteceram poucos dias antes de uma audiência em que se determinaria o futuro daquele grupo de irmãos, provocando grande ansiedade, principalmente nos maiores. C1 disse que gostava da vida anterior ao acolhimento, revelando em um momento: *“Tô até querendo ir embora”*. Contudo, para alcançar esse desejo dependia da autorização judicial: *“Pra mim... tá me tocando muito que dia 10 talvez eu saia. Eu oro e peço a Deus e Deus mostra que eu vou sair dia 10. No dia mesmo da audiência”*.

Diante da expectativa de C2 de retornar à sua casa, foi solicitado que ela a descrevesse. O ambiente *casa* foi imediatamente relacionado à sua mãe, mediante a exclamação: *“Minha mãe?!”*. Durante alguns segundos, ela pareceu buscar por palavras que fossem capazes de traduzir o que sentia, e respondeu: *“É é é tããããõ bãõ!”*. Transcrever essa resposta produziu no pesquisador dificuldade semelhante à da criança frente ao desafio de transmitir, em forma de texto, tamanho contentamento ao revisitar a imagem materna.

C3, apesar de externar a sua contrariedade em estar acolhida e o seu desejo de voltar a conviver com sua mãe, mostrou ter ciência de que o caminho mais provável para deixar a Casa Lar seria ir morar com o seu pai. O pai da criança frequentava assiduamente a instituição e estava disposto a ser responsável por ela. Ao responder aos questionamentos sobre onde morar após o desligamento da instituição, C3 disse: *“Pra casa do meu pai. Mas eu não conversei com o juiz”*. A figura do judiciário se mostrou vívida para ela, assim como para as outras crianças, como aquele que as separa da família, mas que também pode reuni-los novamente.

Apenas C4 indicou que sua preferência era ser reintegrada à família extensa, justificando sua vontade nos conflitos vivenciados em sua família de origem. Não direcionou nenhuma queixa à sua mãe, mas em seu relato pôde-se aventar que a mãe tinha dificuldade de administrar conflitos bastante comuns entre irmãos, talvez pela

ausência paterna. Durante uma visita de familiares à instituição, percebeu-se que ela, diferentemente das outras crianças, recebia visitas de vários integrantes de sua família extensa, com os quais ela passava a maior parte do tempo, enquanto a mãe dividia a atenção entre ela e os seus irmãos também ali acolhidos. Parecia haver interesse dos familiares em cativar a criança e tomarem, para si, o cuidado referente a ela. C5 foi a única criança a associar o seu desligamento ao desejo de reencontrar-se com o pai. Ela convivia exclusivamente com sua mãe até o momento do acolhimento e justificou sua vontade de se desligar da instituição como se segue: *“É porque aqui não pode ver meu pai, né? É porque ele não pode ver nós. [...] E... depende, se ela [coordenadora]... não sabe ou porque ela não quer. Depende, eu não sei”* (C5). Esse trecho chama a atenção para a dúvida levantada pela criança em relação às intenções da instituição.

A expectativa de C1 era de retornar à sua casa de origem e retomar as atividades que realizava antes do acolhimento. Entre estas um jogo *“de construir coisas. Eu construo casa [...] lá no Minecraft® você compra móveis, as coisas. Compro geladeira, fogão, essas coisas”*. A cultura familiar vivenciada parecia não ter lhe apresentado experiências diferentes do trabalho de dona de casa, o que, no jogo, a fazia comprar o que ia necessitar em sua vida adulta. Parecia não existir alternativas, ou mesmo, sonhos. Estimulada a falar sobre a sua vivência escolar, ela se qualificou como preguiçosa. Questionada se alguém já havia lhe chamado assim, ela respondeu: *“Não. Só a minha mãe [risos] [...] É por causa que ela colocava a gente pra arrumar os trem, e eu falava que não quero... que não vou arrumar, e ela falava que eu sou muito preguiçosa”*. A preguiça parecia comunicar uma dificuldade de pensar ou sonhar algo diferente das atividades domésticas e de ter que realizá-las. Ao descrever o jogo *“de construir coisas”*, a menção feita a este foi expressa com um certo entusiasmo. O jogo parecia ser uma versão divertida de sua rotina precoce de responsabilidades domésticas e foi elencado como uma das primeiras coisas que gostaria de fazer fora da instituição. Outro trecho do relato de C1, ilustra bem sua necessidade: *“talvez, a mãe pode tomar juízo, ou não... e cuidar mais de mim e da gente. [...]*

acho que vai ser diferente. Ela não vai sair e deixar nós sozinho. Vai... me ajudar mais nas coisas dentro de casa”.

Apesar de se sentir capaz de cuidar de si e dos irmãos, nota-se a sua necessidade de ser cuidada. Winnicott alerta para o equívoco de se atribuir ao indivíduo responsabilidades incompatíveis com o seu grau de amadurecimento. O autor aconselha: “por amor aos adolescentes, e à sua imaturidade, não lhes permitam crescer e atingir uma falsa maturidade, transmitindo-lhes uma responsabilidade que ainda não é deles, mesmo que possam lutar por ela” (Winnicott, 1971/1975, p. 232). Essa referência à falsa maturidade parece se aplicar perfeitamente a este caso. Um caso em que, ainda na puberdade, a imaturidade, “um elemento essencial na saúde da adolescência” (p. 232), deu lugar a um senso de responsabilidade a serviço da preservação do amor da mãe.

Durante a entrevista lúdica com C1, ela manipulava um punhado de massinha de modelar e, ao perguntar o que ela estava modelando, explicou que se tratava de um gato que a mãe lhe ensinara a fazer. Nesse momento, o pesquisador perguntou se ela sentia saudades da mãe. Sem dizer uma palavra e com um semblante fechado, ela balançou a cabeça afirmativamente. Em outro momento da entrevista, havia revelado que, na Casa Lar, gostava “*de brincar [risos]. E das pessoas*”. Estimulada a falar sobre as diferenças entre a instituição e a sua casa, C1 afirmou, em um tom de voz baixo, quase um sussurro, se sentir cuidada na primeira. Parecia dividida entre a compreensão de que não era devidamente cuidada e um sentimento de apreço incondicional pela mãe. Parecia se sentir pressionada a resolver essa ambivalência por meio do retorno ao lar e à autonomia conquistada, ao assumir responsabilidades para as quais não tinha maturidade suficiente.

Considerações finais

A partir do exposto, entende-se que apesar de a estratégia para o acolhimento de crianças ter sido uma discussão recorrente no século XX, ainda há o que ser aprimorado (Feijó & Oliveira, 2016). Para Hueb (2016), indicar precipitadamente o acolhimento institucional pode estigmatizar o núcleo familiar como incapaz e sujeitar as crianças envolvidas a um dispositivo ao qual deveria se recorrer somente em último caso. Tanto a legislação vigente e as orientações técnicas que regulam o serviço, quanto as produções científicas que abordam o tema, presumem que o contexto de acolhimento institucional deve oferecer um ambiente que seja genuinamente acolhedor e garanta o bem-estar da criança em situação de risco pessoal e social (Brasil 1990; Brasil, 2009a; Brasil, 2009b; Feijó & Oliveira, 2016; Pedroso, Lobato, & Magalhães, 2016). Deve ser também um espaço que preserve os vínculos, reconhecendo a singularidade das crianças e jovens e a necessidade de políticas públicas que intervenham em questões que antecedem o acolhimento (Rodrigues et al., 2021). É determinante, portanto, a adaptação às demandas da criança, que, embora dê os primeiros sinais de autonomia, necessita que o ambiente continue exercendo seu papel para a manutenção de um desenvolvimento saudável.

Os resultados obtidos neste estudo contrariam o exposto por Golin e Benetti (2013), que identificaram em uma instituição, aspectos ambientais que não favoreciam a interação saudável entre acolhidos e cuidador: uma rotina muito apressada e a identificação deficiente das necessidades apresentadas pelas crianças. Nesse contexto, o grande número de crianças abrigadas (23) pode explicar esses aspectos, diferentemente da Casa Lar aqui investigada, na qual pôde-se perceber o empenho das cuidadoras e da equipe em gerar um ambiente de provisão capaz de reparar as privações vivenciadas pelos acolhidos em seus ambientes de origem.

Entretanto, ao buscar o sentido do acolhimento institucional para as crianças, por mais que a instituição fosse acolhedora, não deixava de ser o lar cujo “dono” – o sistema

judiciário – as distanciavam de seus cuidadores primários, determinava seus futuros, suas relações, o tempo de acolhimento – que pode marcar diferentemente cada criança –, em nome de uma proteção necessária, mas nem sempre efetiva, afetiva e compreendida por elas. Assim, há necessidade de uma comunicação mais eficaz entre instituição e acolhido, em que sejam considerados os graus de desenvolvimento de cada criança e que lhes favoreça a compreensão e a elaboração dos sentidos.

Entende-se, por fim, que pesquisas como esta são relevantes para avaliar continuamente e aperfeiçoar e implementar as ações e intervenções nas instituições de acolhimento. Por outro lado, apenas uma pesquisa feita em um contexto regional não é suficiente para trazer todo o conhecimento necessário. Outra limitação da presente pesquisa é que, das cinco crianças participantes, quatro compunham um grupo de irmãos, acolhidas a pouco tempo e expectativa de que fosse breve a medida de proteção. Desse modo, torna-se importante outras pesquisas em outras regiões e instituições com características diferentes, bem como participantes com características distintas destas aqui encontradas. Observando também a carência de pesquisas que discutem informações coletadas junto a crianças, entende-se que este estudo pôde contribuir para o preenchimento dessa lacuna e para manter acesa a discussão sobre a inclusão de crianças como participantes de pesquisas, para que o sentido construído por elas acerca de serviços a elas destinados seja seriamente considerado.

Referências

- Altoé, S., & Silva, M. M. (2013). Características de uma clínica psicanalítica com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. *Estilos da Clínica*, 18(1), 125-141. Retrieved from <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/estic/v18n1/a08v18n1.pdf>.
- Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bick, J., Luyster, R., Fox, N. A., Zeanah, C. H., & Nelson, C. A. (2017). Effects of early institutionalization on emotion processing in 12-year-old youth. *Development and psychopathology*, 29(5), 1749–1761. doi:10.1017/S0954579417001377.

- Brasil. (1990). *Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990*. Diário Oficial da União. Brasília, DF, Presidência da República. Retrieved from http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm.
- Brasil. (2009a). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Orientações técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes*. Brasília. Retrieved from http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes-tecnicas-servicos-de-acolhimento.pdf.
- Brasil. (2009b). *Lei n. 12.010 de 03 de agosto de 2009*. Diário Oficial da União. Brasília, DF, Presidência da República. Retrieved from http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112010.htm.
- Brasil. (2017). *Lei n. 13.509 de 22 de novembro de 2017*. Diário Oficial da União. Brasília, DF, Presidência da República. Retrieved from http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13509.htm.
- Brito, C. O. D., Rosa, E. M., & Trindade, Z. A. (2014). O processo de reinserção familiar sob a ótica das equipes técnicas das instituições de acolhimento. *Temas em Psicologia, 22*(2), 401-413. Retrieved from <https://www.redalyc.org/pdf/5137/513751528012.pdf>
- Cavalcante, L. I. C., de Araújo, C. R., Góes, É. L. C., & Magalhães, C. M. C. (2014). Análise das condições sociofamiliares de crianças em acolhimento institucional: Comparando dois momentos. *Psicologia Argumento, 32*(76). Retrieved from <http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/pa?dd1=14564&dd99=view&dd98=pb>
- Cintra, A. L., & Souza, M. (2010). Institucionalização de crianças: leituras sobre a produção da exclusão infantil, da instituição de acolhimento e da prática de atendimento. *Revista Mal Estar e Subjetividade, 10*(3), 809-833. Retrieved from http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S15186148201000030006&g=pt&tlng=pt.
- Cruz, E. J. S., Cavalcante, L. I. C., & da Silva Pedroso, J. (2014). Inventário do conhecimento do desenvolvimento infantil: estudo com mães de crianças e Acolhimento institucional. *Revista da SPAGESP, 15*(1). Retrieved from <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5429468>.
- Figueiredo, J. G. D., & Aragão, E. M. A. (2013). Crianças e adolescentes acolhidos: história tão verdadeiras que às vezes parece que são inventadas. *Revista EPOS, 4*(2), 00-00. Retrieved from <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epos/v4n2/08.pdf>.
- Fontanella, B. J. B., Ricas, J., & Turato, E. R. (2008). Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. *Cadernos de saúde pública, 24*, 17-27. Retrieved from <https://www.scielo.org/article/csp/2008.v24n1/17-27/>.

- Freitas, M. C. (2016). Psicoterapia de crianças: o brincar como método de tratamento psicanalítico. *Multiciência Online*, 0(0), 114-133. Retrieved from <http://urisantiago.br/multicienciaonline/adm/upload/v2/n3/4158e04e9962931ffb580c9572b84a13.pdf>.
- Guedes, C. F., & Scarcelli, I. R. (2014). Acolhimento institucional na assistência à infância: cotidiano em questão. *Psicologia & Sociedade*, 26. Retrieved from <http://www.scielo.br/j/psoc/a/6m7cMvtD5RMHZ8tLGQ6tBqs/?format=pdf&lang=pt>.
- Golin, G., & Benetti, S. P. D. C. (2013). Acolhimento precoce e o vínculo na institucionalização. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 29(3), 241-248. doi: 10.1590/S0102-37722013000300001.
- Goldgrub, F. (2011). Significado significação sentido. *Psicologia Revista*, 20(1), 79-91. Retrieved from <https://revistas.pucsp.br/psicorevista/article/view/6794>.
- Hueb, M. F. D. (2016). Acolhimento institucional e adoção: uma interlocução necessária. *Revista da SPAGESP*, 17(1), 28-38. Retrieved from <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rspagesp/v17n1/v17n1a04.pdf>.
- Knuiman, S., Rijk, C. H. A.M., Hoksbergen, R. A. C., & Hoksbergen, R. A. C. (2015). Children without parental care in Poland: Foster care, institutionalization and adoption. *International Social Work*, v. 58, n. 1, p. 142-152. doi: 10.1177/0020872812473138
- Lima, M. P. (2018). A criança em Instituições de Acolhimento: O que dizem as pesquisas científicas. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 23(3), 271-281. doi: 10.22491/1678-4669.20180026
- Maciel, R. D. F. M., Teodoro, M. C., Alves, J. R., Ribeiro, L. M., Queiroz, L. G., & Serralha, C. A. (2017). Crianças à espera de adoção ou em medida protetiva: a inclusão escolar. *Revista da SPAGESP*, 18(1). Retrieved from <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rspagesp/v18n1/v18n1a06.pdf>.
- Moyo, S., Susa, R., Gudyanga, E. (2015). Impact of Institutionalisation of Orphaned Children on Their Wellbeing. *IOSR Journal Of Humanities And Social Science (IOSR-JHSS)*, 20(6), 63-69. doi: 10.9790/0837-20636369.
- Mulheir, G. & Gyllensten, L. L. (2017). Institutionalization and the commodification of children: how to ensure children regain their right to family life. In: Dolan, P. & Frost, N. *The Routledge Handbook of Global Child Welfare*. New York: Routledge. 389 p.
- Parra, A. C. O., Oliveira, J. A., & Maturana, A. P. M. (2019). O paradoxo da institucionalização infantil: proteção ou risco?. *Psicologia em Revista*, 25(1), 155-175. doi: 10.5752/P.1678-9563.2019v25n1p155-1.

- Patias, N. D., Siqueira, A. C., & Dell'Aglio, D. D. (2017). Imagens sociais de crianças e adolescentes institucionalizados e suas famílias: Uma reflexão teórica. *Psicologia & Sociedade*, 29. doi: 10.1590/1807-0310/2017v29i131636
- Pedroso, J. S., Lobato, C. P., & Magalhães, C. M. C. (2016). Brincar e realidade: verbalizações de crianças em situação de acolhimento institucional. *Psicologia em Estudo*, 21(4), 711-721. Retrieved from <https://www.redalyc.org/pdf/2871/287149565016.pdf>.
- Rodrigues, J. L. S., Santos, L. M. M., & Lima, A. F. (2021). Mudar, pensar em mudar, continuar mudando: narrativas das metamorfoses de uma adolescência em abrigo. *Psicologia & Sociedade*, 33. doi: 10.1590/1807-0310/2021v33i217494.
- Rosa, E. M., Santos, A. D., Melo, C. D. S., & Souza, M. D. (2010). Contextos ecológicos em uma instituição de acolhimento para crianças. *Estudos de Psicologia*, 15(3), 233-241. Retrieved from <http://www.scielo.br/j/epsic/a/zvdRR3XBhKDC6Bbx6sXbbMP/?lang=pt>.
- Serralha, C. A. (2016). *O ambiente facilitador winnicottiano: teoria e prática clínica*. Curitiba. Editora CRV.
- Serralha, C. A. (2017). A teoria do amadurecimento e as novas configurações familiares. *Natureza Humana-Revista Internacional de Filosofia e Psicanálise*, 19(2). Retrieved from <http://revistas.dwwe.com.br/index.php/NH/article/view/279>.
- Trivellato, A. J., Carvalho, C., & Vectore, C. (2013). Escuta afetiva: possibilidades de uso em contextos de acolhimento infantil. *Psicologia Escolar e Educacional*, 17(2). Retrieved from <https://www.redalyc.org/pdf/2823/282329398012.pdf>.
- Turato, E. R. (2005). Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: definições, diferenças e seus objetos de pesquisa. *Revista de Saúde Pública*, 39(3), 507-514. Retrieved from <https://www.scielo.org/article/rsp/2005.v39n3/507-514/pt/>.
- Vasques, R. C. Y., Mendes-Castillo, A. M. C., Bousso, R. S., Borghi, C. A., & Sampaio, P. S. (2014). Dando voz às crianças: considerações sobre a entrevista qualitativa em pediatria. *Revista Mineira de Enfermagem*, 18(4), 1016-1025. doi:10.5935/1415-2762.20140075
- Werlang, B. G. (2009). Entrevista lúdica. In: J. A. Cunha *et al.* *Psicodiagnóstico-V*. Porto Alegre: Artmed, pp. 96-104
- Winnicott, D. W. (1975). *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago.
- Winnicott DW. (2005). *Privação e delinquência*. São Paulo: Martins Fontes.
- Winnicott, D. W. (2011). *A família e o desenvolvimento individual*. São Paulo: Martins Fontes.

Submetido em: 27.05.2021

Aceito em: 23.09.2021